

Sumário

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	9
DIREITO É PROPORÇÃO	11
ROSA MARIA DE ANDRADE NERY	
INTRODUÇÃO	17
§ 1º. A CONFIGURAÇÃO DO INADIMPLEMENTO CONCORRENTE NO SISTEMA DE DIREITO PRIVADO	23
1. INSUFICIÊNCIA DO CONCEITO DE RELAÇÃO JURÍDICA E DE SUA ESTRUTURA UNITÁRIA E DUALISTA PARA A CONFORMAÇÃO DAS POSIÇÕES DE CRÉDITO E DÉBITO NO ESPAÇO DO INADIMPLEMENTO CONTRATUAL	25
1.1. As situações jurídicas gerais de incumprimento contratual	30
2. A UTILIZAÇÃO DA EXCEÇÃO DE CONTRATO NÃO CUMPRIDO PARA COLMATAR AS LACUNAS DECORRENTES DE SITUAÇÕES JURÍDICAS DE INADIMPLEMENTO CONCORRENTE	37
2.1. Conceito e requisitos da exceção de contrato não cumprido	39
2.2. Efeitos da exceção de contrato não cumprido	49
3. NATUREZA DO INADIMPLEMENTO CONCORRENTE E ÂMBITO OPERATIVO	55
3.1. Elementos gerais do inadimplemento concorrente	60
3.1.1. Complexidade da obrigação	61
3.1.2. Ausência de corresponsabilidade prestacional direta	66
3.1.3. Inadimplemento bilateral	75
3.2. Elementos específicos do inadimplemento concorrente	79
3.2.1. Inadimplemento concorrente absoluto	79
3.2.1.1. Exigibilidade mútua das prestações	80
3.2.1.2. Inadimplemento insanável: definitividade dos incumprimentos e inutilidade comum das prestações	82
3.2.1.3. Nexos de imputabilidade mútua do inadimplemento: reciprocidade da posição devedora	87

3.2.2.	Inadimplemento concorrente relativo	92
3.2.2.1.	Mora do devedor: requisitos e efeitos	94
3.2.2.2.	Mora do credor: requisitos e efeitos.....	97
3.2.3.	Multiplicidade de inadimplementos relativos (mora de ambos os contratantes).....	100
3.2.3.1.	Mora simultânea.....	101
3.2.3.2.	Mora sucessiva	103
3.2.3.3.	Mora concorrente	106
3.3.	A concorrência entre inadimplementos absoluto e relativo.....	108
3.4.	A convencionalidade de caracterização e de exercício (positivo e negativo) em situações jurídicas de inadimplemento concorrente absoluto.....	111
3.5.	O inadimplemento absoluto concorrente pelo descumprimento dos deveres laterais decorrentes da boa-fé objetiva.....	115
§ 2º. OS EFEITOS DO INADIMPLEMENTO ABSOLUTO CONCORRENTE.....		125
4. A RESOLUÇÃO POR INEXEÇÃO CONTRATUAL CONCORRENTE: NATUREZA JURÍDICA E REQUISITOS		129
4.1.	Requisitos positivos para o exercício do direito formativo extintivo bilateral.....	135
4.2.	A posição creditícia: o credor como não causador do inadimplemento (requisito negativo).....	138
4.3.	Legitimidade resolutiva no inadimplemento concorrente.....	143
4.3.1.	Legitimidade resolutiva exclusiva.....	144
4.3.2.	Crterio cronológico	152
4.3.3.	Crterio causal.....	154
4.3.4.	Crterio valorativo (proporcional).....	157
4.3.5.	A insuficiência teórica e pragmática dos critérios de atribuição de legitimidade resolutiva unilateral em situações de inadimplemento absoluto concorrente.....	160
4.4.	Legitimidade resolutiva concorrente e ações resolutórias contrapostas	168
4.4.1.	A prova e o seu ônus no âmbito de múltiplos inadimplementos absolutos	179
5. EFICÁCIA LIBERATÓRIA, RESTITUTÓRIA E DE LIQUIDAÇÃO NA RESOLUÇÃO POR INEXEÇÃO CONTRATUAL CONCORRENTE.....		185
6. EFICÁCIA INDENIZATÓRIA NA RESOLUÇÃO POR INEXEÇÃO CONTRATUAL CONCORRENTE.....		197

6.1.	Culpa recíproca e inadimplemento concorrente	202
6.2.	Extinção do contrato sem penalidades e limitação indenizatória	207
6.3.	A indenização na medida de cada lesão perpetrada	215
CONCLUSÃO		221
REFERÊNCIAS		227
REFERÊNCIAS DE JULGADOS NACIONAIS		239